

GERENCIANDO A CRESCENTE COMPLEXIDADE NA CONSTITUIÇÃO DE EMPRESAS EM 2024

Estratégias essenciais para
diretores jurídicos



Índice Global de
Complexidade Corporativa
– sub-relatório

Gestão Global de
Entidades

TMF
GROUP

Introdução

A expansão internacional ajuda empresas a explorarem novos mercados, aumentar a lucratividade e a vantagem competitiva, mas lidar com requerimentos regulatórios complexos pode ser desafiador e requer conhecimento especializado para garantir operações otimizadas.

Os serviços de gestão global de entidades (global entity management – GEM) abrangem [os processos](#) que devem ser cumpridos para permanecer em compliance com as regras e regulamentos jurisdicionais. Estes processos são fundamentais para que as empresas se tornem operacionalmente prontas e ágeis, permitindo que se adaptem rapidamente às mudanças regulatórias e de condições de mercado.

As empresas que operam internacionalmente se esforçam para manter uma governança corporativa robusta a partir de sua sede, ao mesmo tempo em que se certificam de que atendem aos requerimentos locais, que geralmente são complexos para lidar. Ainda que o impulsionamento fornecido por provedores locais possa funcionar para suporte ad hoc, provedores globais trazem um nível de supervisão e governança que muitas vezes os times internos têm dificuldade para manter.

Diante das crescentes complexidades regulatórias, as empresas estão cada vez mais recorrendo ao impulsionamento fornecido por provedores globais com expertise local para fornecer governança e mitigar o risco de operar em diferentes contextos.

Este sub-relatório se baseia nas descobertas do Índice Global de Complexidade Corporativa (Global Business Complexity Index – GBCI) 2024, aprofundando-se nas complexidades relacionadas à gestão global de entidades e nas regras e regulamentações associadas. Este documento explora:

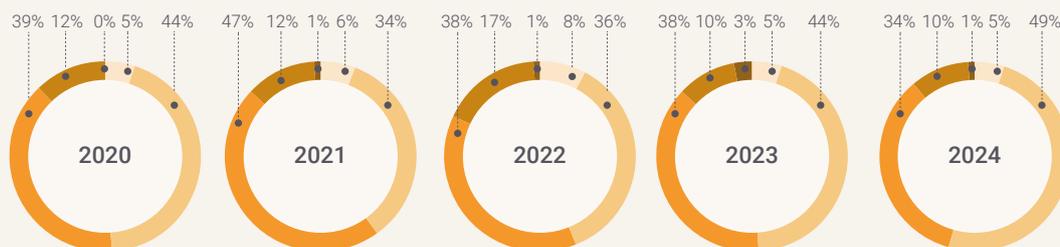
1. **A dualidade do compliance** – explorando os benefícios de um sistema cada vez mais transparente, bem como as complexidades que ele traz.
2. **O caminho para a prontidão operacional** – investigando as etapas necessárias e os possíveis atrasos causados.
3. **A necessidade de estar pronto para garantir o compliance** – recorrendo ao impulsionamento fornecido por provedores globais com expertise local.

A dualidade do compliance



Os requerimentos regulatórios globais se tornarão cada vez mais complexos

Regras, regulamentos e penalidades – as tendências de complexidade nos últimos cinco anos



Efetivo: mais complexo	49%	40%	43%	49%	54%
Efetivo: mais simples	12%	13%	18%	13%	11%

- Significativamente mais simples
- Um pouco mais simples
- Nem mais, nem menos complexo
- Um pouco mais complexo
- Significativamente mais complexo

A maioria das jurisdições globais (54%) prevê que os requerimentos regulatórios globais se tornarão cada vez mais complexos nos próximos cinco anos. Muitas jurisdições preveem dificuldades no ambiente regulatório como a tendência predominante que gera complexidade para investidores estrangeiros.

O impulsionamento desta sensação de complexidade é resultado da combinação entre um conjunto de regras e regulamentos cada vez maior acompanhado de penalidades mais rigorosas para o não compliance, gerando a necessidade de estruturas adaptáveis de compliance e voltadas para o que pode acontecer no futuro. As próximas seções deste sub-relatório descreverão como esta complexidade se manifesta em diversos requerimentos de reporte.



“Regulamentações mais rigorosas sobre sustentabilidade e responsabilidade social indicam que as empresas enfrentarão uma pressão cada vez maior para cumprirem com estes novos padrões. O não compliance pode levar a penalidades legais e danos à reputação.”

Expert da TMF Grécia



“Como parte do compromisso do Brasil junto à OCDE, o país vem gradualmente simplificando os requerimentos para investimentos estrangeiros na jurisdição, de modo que eles sejam tratados da mesma maneira que os investimentos locais; novas ações voltadas para um ambiente jurídico mais favorável aos investidores estrangeiros são esperadas para os próximos anos.”

Expert da TMF Brasil

Regulamentações de KYC, AML e antiterrorismo

O compliance com as regulamentações de Conheça Seu Cliente (Know Your Customer – KYC), prevenção à lavagem de dinheiro (anti-money laundering – AML) e antiterrorismo está ganhando cada vez mais importância para empresas que operam internacionalmente.

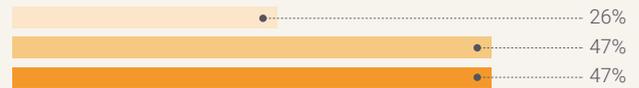
Os dados mostram um comprometimento constante com o compliance de KYC, com um notável aumento que foi de 26% em 2020 para 30% em 2024. A adesão à regulamentação AML demonstra uma tendência ascendente semelhante, estabilizando-se em 44% em 2024. O compliance com leis antiterrorismo teve um pequeno aumento, passando de 47% registrado em 2020 para a marca de 49% em 2024.

As jurisdições reconheceram um esforço contínuo e crescente por parte de todas as indústrias para atender aos padrões regulatórios que visam aumentar a transparência e prevenir atividades financeiras ilícitas. Esta abordagem é particularmente notável em países da região da Europa, Oriente Médio e África (EMEA), como Alemanha, Bulgária, Croácia e Suíça, no entanto, representa um desafio muito maior em jurisdições como o México, onde a implementação e a aplicação das leis estão atrasadas.

As regulamentações de KYC, AML e antiterrorismo podem gerar complexidade no compliance exato da legislação, mas também podem reduzir a complexidade nas garantias que fornecem aos investidores internacionais. Este tipo de garantia contra o investimento ilícito proporciona um nível de transparência e de responsabilidade para os investidores. No entanto, eles também devem investir bastante em processos administrativos que garantam seu compliance com a legislação vigente ao ingressar em um país. Esta situação pode representar um cenário de dualidade para novos investidores.

Indústrias em compliance com a legislação

2020



2021



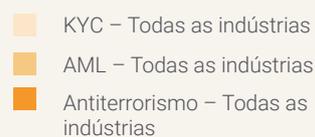
2022



2023



2024



Compliance com os requerimentos de UBO/PSC

Houve um aumento gradual na necessidade de registrar informações relacionadas aos requerimentos de registro de Beneficiário Final (Ultimate Beneficial Owner – UBO) e de Pessoa com Controle Significativo (Person of Significant Control – PSC). O requerimento foi de 68% em 2020 para 75% em 2024, destacando um movimento global em direção a uma maior clareza sobre estruturas de propriedade e controle, refletindo esforços intensificados para prevenir crimes financeiros e promover a responsabilização corporativa

A demanda por informações sobre UBO/PSC é especialmente alta na região da EMEA, onde impressionantes 88% das jurisdições exigem sua divulgação. Na Grécia, por exemplo, as organizações estão se adaptando a estes requerimentos para ficarem em compliance com a legislação imposta pelo governo. Este número é quase o dobro da proporção registrada na APAC, onde apenas 46% são retidos em padrões comparáveis. Esta disparidade também pode dificultar que entidades estrangeiras invistam em várias jurisdições, precisando se manter atualizadas sobre diferentes requerimentos simultaneamente.

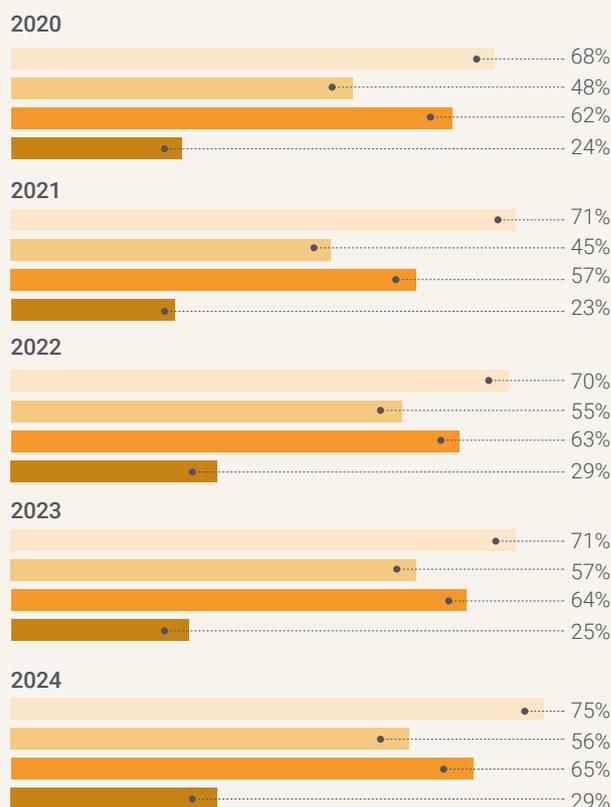
À medida que as empresas se empenham para operar em diferentes jurisdições, os progressivos requerimentos em torno de KYC, AML e antiterrorismo, juntamente com as complexidades de reter informações de UBO/PSC, representam uma oportunidade e um desafio para os investidores. Embora regulamentações rigorosas possam efetivamente ajudar a proteger a integridade dos sistemas financeiros e atrair investidores exigentes, elas podem, ao mesmo tempo, restringir o fluxo de investimento ao reforçar as barreiras de entrada. As jurisdições devem, portanto, encontrar um delicado equilíbrio entre impor medidas robustas de transparência e promover um ambiente convidativo de investimento que não seja excessivamente proibitivo devido à complexidade de compliance.



“O Corporate Transparency Act, que entrou em vigor no dia 1 de janeiro de 2024, pode gerar complexidades para empresas estrangeiras. Elas agora precisam identificar e registrar qualquer indivíduo que detenha uma participação acionária de 25% ou mais, ou que exerça controle substancial sobre a empresa. Gerenciar estas obrigações de reporte e garantir o compliance com a lei pode ser um desafio importante para empresas estrangeiras.”

Expert da TMF EUA

Nível de registro de UBO/PSC



- Sim – há um requerimento para fornecer informações de UBO e/ou PSC a um registro central
- Sim – há um requerimento para manter o registro de UBO e/ou PSC no endereço registrado da empresa
- Sim – as informações no registro central de UBO/PSC são acessíveis a terceiros (por exemplo, a autoridades policiais)
- Sim – as informações no registro central de UBO/PSC são acessíveis ao público em geral

Cumprindo os prazos de submissão de dados de UBO

Para as empresas, a necessidade de submeter dados de UBO em menos de um mês significa que os processos internos de gestão e reporte devem ser mais simplificados e responsivos do que nunca. Estes altos índices de compliance refletem uma postura agressiva com relação à transparência financeira e uma abordagem proativa para mitigar riscos de crimes financeiros. Este movimento é amplamente impulsionado pelas regiões da APAC e da EMEA, com 100% das jurisdições da APAC e 91% da EMEA exigindo a submissão dos dados em menos de um mês.



“Este ano, um novo registro de UBO foi implementado. Isso envolve algumas obrigações em torno de reportes imediatos ao Banco Húngaro se houver alguma alteração nos dados corporativo, como uma alteração de MD, UBO ou de acionistas.”

Expert da TMF Hungria

A promulgação de leis e regulamentações locais do CRS permanece consistente

A adesão às regulamentações do Padrão Comum de Relatórios (Common Reporting Standard – CRS) é um aspecto importante no contexto de compliance. A promulgação de leis e regulamentações locais do CRS demonstra uma tendência estável nos últimos cinco anos, com mais de 3 a cada 4 jurisdições (79%) reportando este tipo de medida.

Este compromisso com o compliance do CRS envia uma mensagem importante aos potenciais investidores sobre o empenho de uma jurisdição em manter um ambiente corporativo saudável e transparente. No entanto, como as regulamentações do CRS são regidas pelas leis locais, o compliance pode parecer diferente entre as jurisdições. Isso exige uma estratégia adaptável de compliance que possa acomodar as nuances dos requerimentos específicos de cada local.

Prazo legal para envio de dados de UBO



■ Efetivo: menos de um mês

Promulgação de leis e regulamentações locais do CRS



■ Sim

Lidando com os requerimentos da utilização do idioma local

Três quartos das jurisdições destacaram a exigência de que os documentos oficiais sejam submetidos no idioma local da jurisdição (exceto inglês). Este número representa uma tendência crescente a partir de 2022, quando foi registrado um índice de 71%. Além disso, a necessidade de que as atas de diretores e acionistas sejam elaboradas no idioma local está aumentando gradualmente, saindo de 58% registrado em 2022 para 62% em 2024.

Os requerimentos da utilização do idioma local, embora simples de serem promulgados, na maioria dos casos exigem a contratação de expertise local. Isso afeta não apenas a gestão global de entidades e os processos de reporte regulatório (regulatory reporting processes – RRP), como também as formas operacionais mais abrangentes de trabalho. Estes processos, portanto, exigem mais do que apenas o conhecimento sobre o conteúdo do que

é exigido pelas empresas investidoras, é necessário ter conhecimento prático para executar os procedimentos.

Estes tipos de requerimentos e regulamentações de reportes locais são o motivo pelo qual as organizações frequentemente buscam parcerias externas, como a de gestão de entidades da GMV com a TMF Group.



“De acordo com a lei estatutária alemã, o idioma oficial é o alemão e a maioria das autoridades locais não fala/compreende inglês. Documentos em outro idioma não são aceitos, não importa o quão fácil seja entender.”

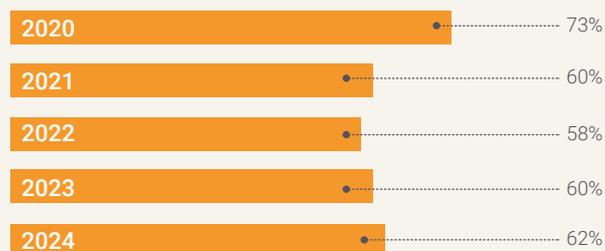
Expert da TMF Alemanha

Os documentos oficiais que devem ser submetidos às autoridades do governo local são elaborados no idioma local desta jurisdição? (exceto inglês)



■ Sim – os documentos oficiais devem ser submetidos no idioma local

As atas de diretores e acionistas devem ser elaboradas e arquivadas no idioma local da jurisdição? (exceto inglês)



■ Efetivo: Sim

Estudo de caso: GMV

Sobre a GMV

Fundada em 1984, a GMV é um grupo privado de negócios em tecnologia com presença internacional. A empresa oferece soluções, serviços e produtos em uma grande variedade de setores, incluindo: aeronáutica, bancos e finanças, espaço, defesa, saúde, segurança, transporte, telecomunicações e TI para administração pública e grandes corporações.



▶ O desafio

A GMV está constantemente adaptando seus produtos e serviços para cumprir seu compromisso de fornecer o máximo de valor aos seus clientes a partir de suas soluções tecnológicas.

Conforme a GMV se expandiu internacionalmente, ela precisava de um parceiro para lidar com as complexidades locais, auxiliar na formação de entidades, requerimentos legais e no processo de constituição de negócios. A GMV também precisava de suporte para suas operações cotidianas pós-configuração inicial.

▶ A solução

A GMV escolheu a TMF Group como parceira em função de sua presença global, expertise local e diversas ofertas de serviços, incluindo na área contábil e fiscal, RH, folha de pagamento, compliance regulatório e serviços de secretariado corporativo. Os experts da TMF Group asseguraram que as novas entidades da GMV estivessem em compliance com as leis, regulamentações e prazos locais.

Após a efetivação, a TMF Group gerenciou as entidades da GMV, lidou com a folha de pagamento e forneceu serviços contábeis, fiscais e de IVA. Além disso, a TMF Group ajudou a GMV com serviços bancários e de tesouraria, um serviço para o qual a GMV estava com dificuldades para encontrar um parceiro

“Ter a opção de falar diretamente com as pessoas relevantes que estão no local, especialmente se houver algum problema ou questão sendo enfrentada, é uma grande vantagem. A dedicação e a atitude dos colaboradores da TMF Group fazem deles parceiros fantásticos.”

—
Javier Martínez Cendejas
Chief Financial Officer
GMV

Menos jurisdições se sentem preparadas para futuras exigências por relatórios

Desde 2023, houve uma queda expressiva na preparação das jurisdições para futuras obrigações de reporte, com o índice caindo de 69% para 44%. Não estar preparado para futuros requerimentos de relatórios é um grande risco, com 1 a cada 3 jurisdições correndo risco de sofrer penalidades severas em decorrência do não cumprimento de obrigações de secretaria.

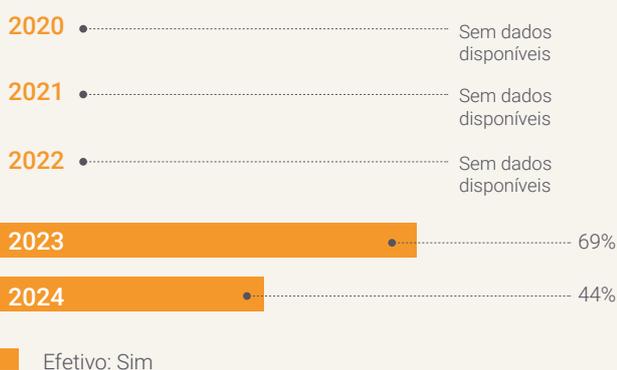
Um expert na área de gestão global de entidades da TMF Group sugeriu que os [investidores que operam em múltiplas jurisdições](#) podem frequentemente buscar jurisdições com configurações operacionais semelhantes para garantir que estejam em compliance em diferentes contextos. Permanecer atualizado sobre os vários requerimentos de relatórios em diferentes jurisdições pode ser um desafio considerável e pode impedir que alguns investidores ingressem nos mercados. Esta tendência também é notável em jurisdições maiores, como a China, onde existem diferenças nos requerimentos regulatórios em diferentes regiões.



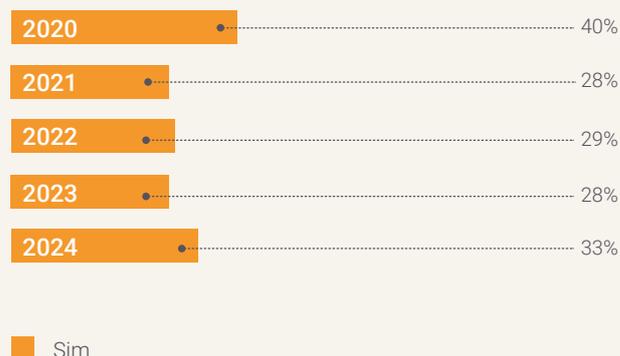
“As Ilhas do Canal, Luxemburgo e Suíça possuem regulamentações locais próprias, então cometer um erro nestes locais pode ter um impacto maior.”

Expert em GEM da TMF Group

Preparada para e/ou preocupada com futuras exigências por relatórios: impactos dos planos de compliance regulatório



O não cumprimento das obrigações de secretariado corporativo da empresa está sujeito a penalidades severas (incluindo multas de mais de US\$5.000 e penalidades de reclusão para os executivos por não compliance)?



O caminho para a prontidão operacional

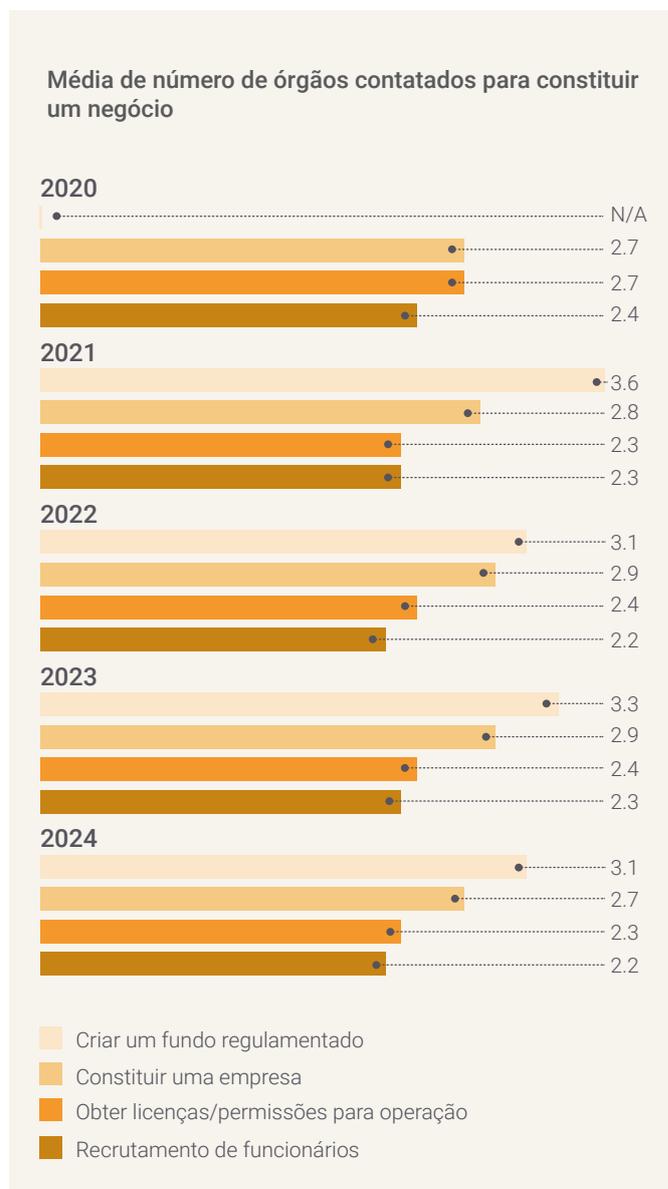
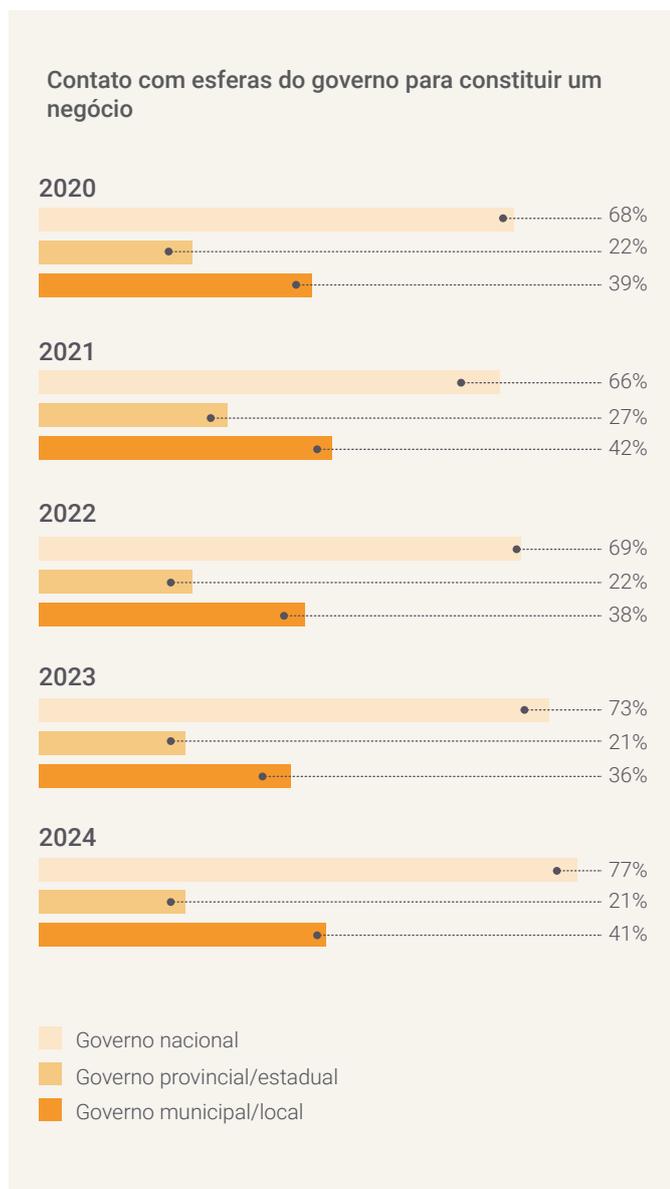


Esferas do governo e número de órgãos necessários para constituir um negócio

Conforme indicado no GBCI 2024, a dinâmica dos procedimentos de constituição de negócios apresenta um quadro variado de crescente complexidade e simplificação.

Por um lado, há uma tendência crescente nos níveis de engajamento governamental necessários para constituir um negócio. Particularmente, a necessidade de envolver

a esfera nacional do governo no processo de constituição de negócios cresceu significativamente, saindo de 68% em 2020 para 77% em 2024. Esta tendência ascendente sugere uma ênfase maior na supervisão central, o que pode levar a requerimentos e protocolos de compliance mais rigorosos para as empresas.



Por outro lado, o número médio de órgãos que precisam ser contatados para as diversas etapas do processo de constituição de negócios teve a tendência de diminuição ou estabilização. Desde a criação de um fundo regulamentado até a constituição de uma empresa, obtenção de licenças/permisões operacionais e recrutamento de funcionários, a necessidade do contato com diversos órgãos permaneceu a mesma ou diminuiu ligeiramente. Alguns experts da TMF Group, como os da Grécia, também destacaram a simplificação do processo, potencialmente como sendo um resultado da simplificação e da familiarização com os regulamentos e sobre o processo de constituição de um negócio.

Requerimentos de licenciamento e registro

A rigidez da regulamentação sobre o registro de empresas é observada pelo número limitado de jurisdições capazes de operar sem serem registradas junto às autoridades fiscais correspondentes. Isso também é refletido nos requerimentos para obter uma licença comercial local antes de se tornar operacional. Apenas uma pequena fração das jurisdições (cerca de 3% a 4% no período de 2020 a

Ainda que isso não indique um aumento geral da complexidade dentro do contexto de constituição de negócios, há uma sinalização para um ambiente em constante mudança que as empresas precisam acompanhar ao ingressarem em novos mercados.

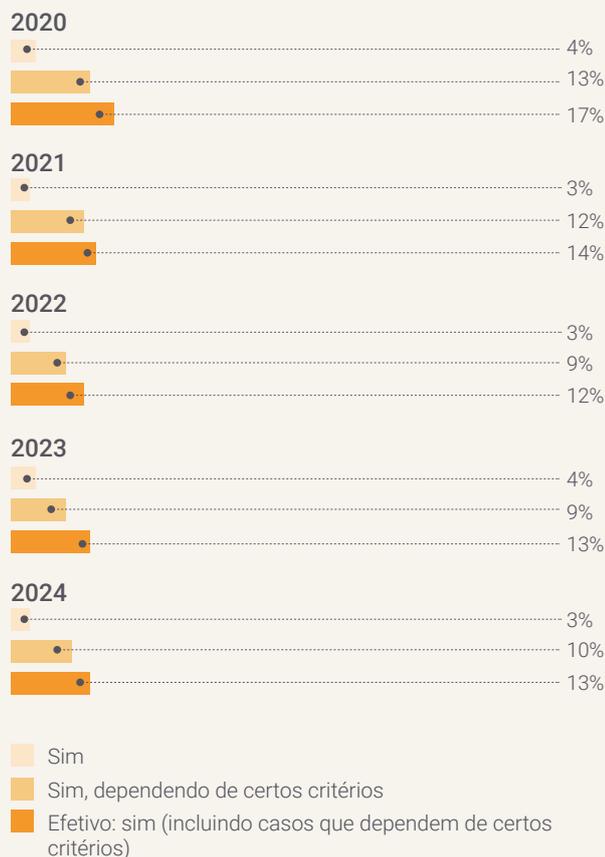


“Espera-se que o governo grego simplifique o processo de constituição de empresas em 2024, o que pode fazer com que as empresas consigam estabelecer uma presença legal na Grécia de maneira mais fácil e menos demorada.”

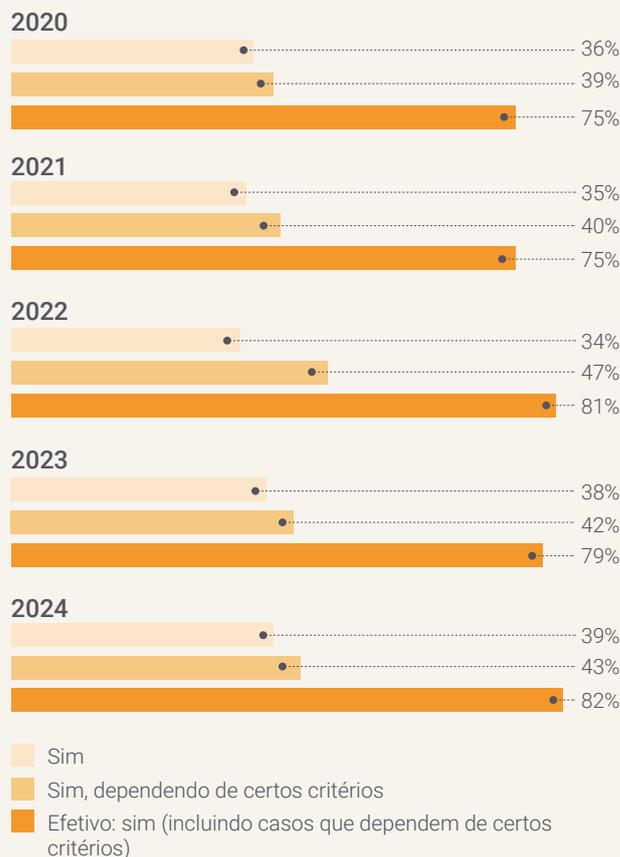
Expert da TMF Grécia

2024) permite que as empresas operem sem registro, e apenas 1 a cada 10 permite a operação dependendo de certos critérios. Da mesma forma, mais de 8 em cada 10 jurisdições exigem uma licença comercial antes que as empresas possam operar. Isso pode indicar que o processo para se tornar operacionalmente pronto pode se estender para empresas internacionais que desejam investir.

Capacidade de fazer negócios sem estar registrado junto a autoridades fiscais correspondentes



Requerimento de obtenção de licença comercial local antes de se tornar operacional



Este processo, que atualmente já é longo, pode se estender se o processo de registro fiscal for conduzido separadamente do processo de constituição da entidade. Este é o caso em mais de três quartos das jurisdições globalmente. Estar preparado para lidar com estes processos administrativos duplicados é um fator importante que contribui para atrasos para se tornar operacionalmente pronto.

De maneira geral, embora o tempo para constituir um negócio possa não influenciar a decisão dos investidores de ingressar em um novo mercado, pode aumentar a complexidade do contexto de uma jurisdição e impedir uma expansão facilitada.

Contratando funcionários antes de estabelecer uma entidade legal

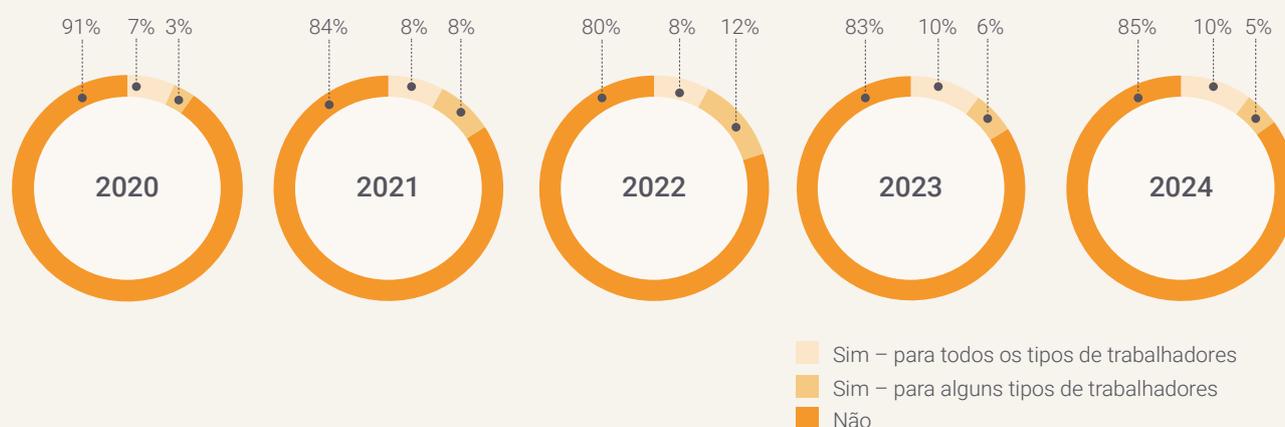
A flexibilidade para contratar funcionários antes de estabelecer uma entidade legal é relativamente limitada entre as jurisdições. Apenas 1 em cada 10 jurisdições apontou a possibilidade de contratar todos os tipos de trabalhadores antes de se constituir como uma entidade legal em 2024, uma proporção ligeiramente maior do que

O registro fiscal (IVA, IRC) é conduzido como um processo separado da constituição da entidade?



a registrada em 2020. A capacidade de contratar alguns tipos de trabalhadores antes de se tornar uma entidade legal é variável, alcançando o pico de 12% em 2022, mas geralmente permanecendo com índices em torno de 5% a 8%. Ainda que isso não impeça um investidor de ingressar em um mercado, pode aumentar a complexidade deste processo e de se tornar operacionalmente pronto.

Contratação de funcionários antes de estabelecer uma entidade legal



Submissão de documentos em formato digital x em papel

Conforme indicado no GBCI 2024, o movimento em direção à digitalização de submissões de documentos teve uma trajetória variada. Houve um aumento geral no número de jurisdições que permitem submissões online desde 2020, com mais de 3 a cada 4 jurisdições permitindo este tipo de envio. No entanto, a tendência não é uniformemente positiva. Os experts da TMF Group explicaram que a adoção variada de ferramentas tecnológicas decorreu de muitos

processos oficiais de compliance que ainda precisam ser realizados por meio de um sistema baseado em documentos físicos. Por exemplo, os requerimentos para que documentos de entidades legais recebam um carimbo ou selo oficiais para que sejam legalmente válidos ainda representam expressivos 33% das jurisdições globalmente. Isso é particularmente impulsionado por jurisdições sul-americanas onde o requerimento é de cerca de 70%, e por outras jurisdições como Romênia, Filipinas e Sérvia.

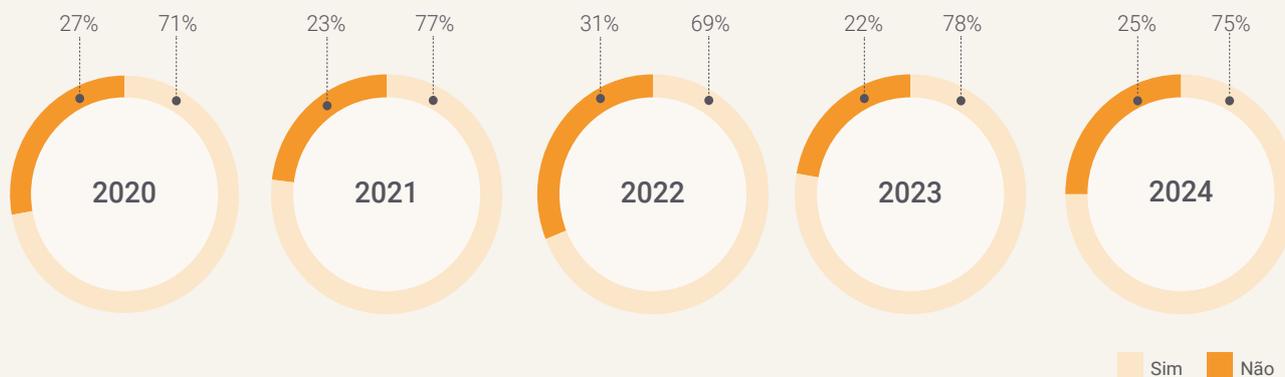


“Nem todos os procedimentos aceitam assinaturas eletrônicas e ainda há alguns procedimentos que precisam ser realizados pessoalmente.”

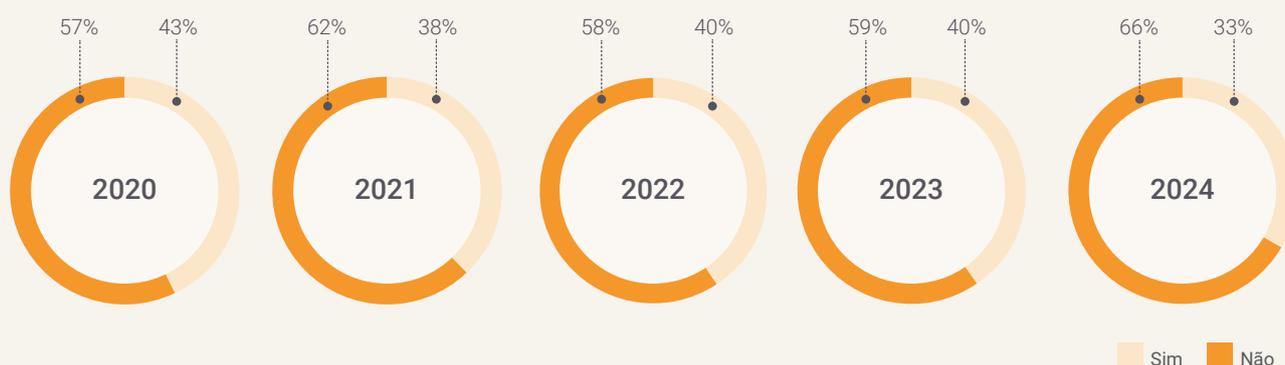
Expert da TMF México

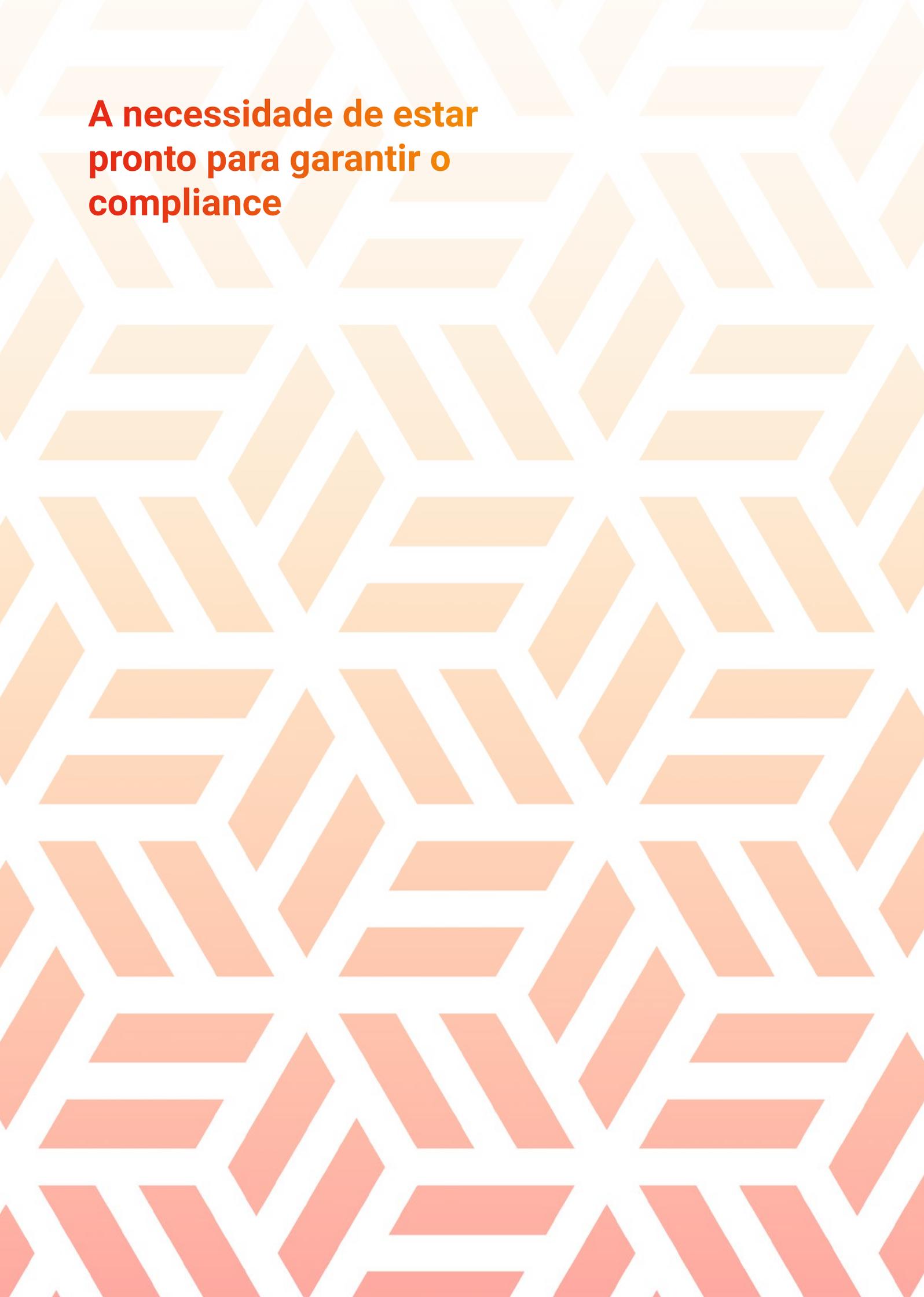
Esta abordagem combinada de modelos tradicionais de submissão com métodos digitalizados aumenta a complexidade do processo de constituição de empresas, principalmente para empresa multinacionais acostumadas a processos digitais.

As submissões oficiais às autoridades são feitas eletronicamente/pela internet?



Documentos oficiais de entidades jurídicas exigem algum carimbo, selo ou credencial oficiais para serem legalmente válidos?



The background of the entire page is a repeating geometric pattern. It consists of various shapes such as parallelograms, trapezoids, and triangles, arranged in a way that creates a sense of depth and movement. The colors used are a gradient of warm tones, starting from a light, pale orange at the top and gradually transitioning through shades of peach and coral to a deeper, more vibrant red at the bottom. The shapes are oriented in different directions, some pointing upwards and others downwards, creating a complex, interlocking visual texture.

A necessidade de estar pronto para garantir o compliance

Aynsley Vaughan, Head of Global Entity Management and Accounting and Tax da TMF Group, observa: “A importância cada vez maior do compliance regulatório ressalta a crescente necessidade de que as empresas recorram à expertise local. Nossos clientes estão consolidando seu conjunto de provedores locais para garantir consistência em todos os lugares onde estão presentes para mitigar riscos e reduzir a carga administrativa do gerenciamento de diferentes fornecedores”.

Mais de 4 em cada 10 (42%) das jurisdições recomendam que investidores estrangeiros recorram a suporte legal e profissional para mitigar riscos operacionais em sua jurisdição. Locais como o Brasil destacaram as complexidades regulatórias com as quais as empresas lidavam ao adquirir e executar carve-outs de empresas, em grande parte devido a leis trabalhistas intrincadas, sistemas tributários complexos e procedimentos burocráticos. A expertise local seria crucial para lidar com as complexidades específicas de cada jurisdição e para estar em compliance com as regulamentações locais.

Integrar e desfrutar do impulsionamento oferecido por experts locais durante o processo de compliance pode aliviar a carga das empresas de terem que se adequar continuamente às mudanças regulatórias. Isso, por sua vez, pode otimizar o processo de compliance, reduzir o risco de atrasos operacionais e permitir que as empresas

se concentrem em suas core operations. A TMF Group trabalha em estreita colaboração com seus clientes, como a Toshiba Global Commerce Solutions, para fornecer expertise local ao mesmo tempo em que assegura consistência global na gestão de entidades. Os clientes geralmente recorrem ao suporte de parceiros locais na forma de experts locais externos ou à designação de líderes dentro da organização que são encarregados de gerenciar a transição e garantir uma adaptação uniforme à novas regulamentações.

Assim como a abordagem adotada na área contábil e fiscal, esta estratégia envolve incorporar experts locais externos na organização ou nomear um líder para fornecer suporte durante a transição. Ambas as abordagens oferecem formas de otimizar o processo de compliance e garantir que a empresa permaneça atualizada sobre as regulamentações em contante mudança.

Estudo de Caso: Toshiba

Sobre a Toshiba Global Commerce Solutions

A Toshiba Global Commerce Solutions é uma fornecedora líder de tecnologia para lojas de varejo, projetada para aprimorar a experiência do cliente, transformar a experiência in-store e acelerar o processo de transformação digital. A empresa foi criada em 2012 quando a Toshiba adquiriu a empresa global Retail Store Solutions da IBM, incluindo as áreas de desenvolvimento, fabricação, vendas e manutenção in-store relacionada.

TOSHIBA

▶ O desafio

A Toshiba Global Commerce Solutions, com 47 subsidiárias corporativas em todo o mundo, enfrentou ineficiências e complexidades para realizar a gestão de entidades corporativas por meio de 47 escritórios de advocacia diferentes, um para cada país. Uma divisão interna ficou encarregada de gerenciar e consolidar este trabalho. Os funcionários locais, totalmente engajados com as operações comerciais, precisavam de suporte com a governança local. Reconhecendo a necessidade de consolidação, a Toshiba teve dificuldades em encontrar um parceiro disposto a gerenciar suas entidades locais em escala global.

▶ A solução

Após uma longa pesquisa, a Toshiba Global Commerce Solutions escolheu a TMF Group devido à sua flexibilidade, confiabilidade e custo-benefício. A TMF Group permitiu que a Toshiba consolidasse sua função global de gestão de entidades corporativas a partir de um ponto de contato único, aumentando a eficiência, previsibilidade e consistência.

A TMF Group também forneceu serviços adicionais, como suporte bancário local para o departamento de tesouraria da Toshiba. Com o suporte da TMF Group, a Toshiba garante que suas estruturas corporativas sejam corretamente estabelecidas e mantidas em compliance com as regras e regulamentações locais em todas as jurisdições, atendendo às demandas em constante mudança do mercado.

"Fiquei encantado com a capacidade da TMF Group de fornecer o suporte que busquei por muitos anos. E o mais importante, ela está disposta a evoluir e se adaptar para oferecer novos serviços onde quer que precisemos deles. Isso nos dá mais flexibilidade no controle sobre como faremos as coisas."

—

Ken Hammer

VP & Chief Legal Officer

Toshiba Global Commerce Solutions

Conclusão

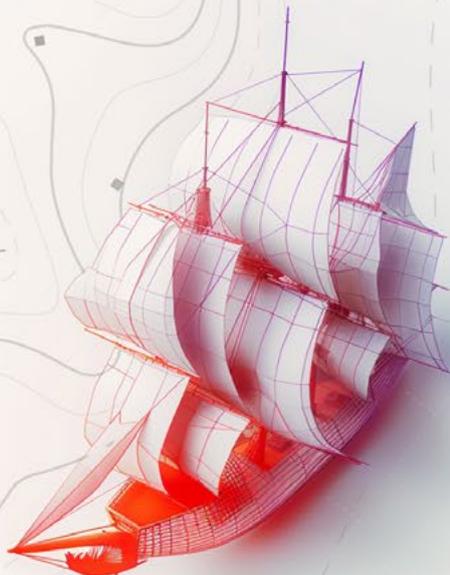
O cenário em evolução das complexidades regulatórias e das medidas intensificadas de compliance está resultando em empresas recorrendo à expertise local para se manterem atualizadas com relação às mudanças legislativas. Estar atualizado sobre processos completos de compliance, como regulamentações KYC, AML, antiterrorismo, divulgações de informações de UBO/PSC e requerimentos de emprego do idioma local, é crucial para manter operações estáveis no presente e no futuro.

Apesar destas complexidades, surgiram eficiências sobre o cenário de compliance. A evolução do papel de diferentes entidades de suporte profissional e a ligeira simplificação dos processos regulatórios apontam para áreas potenciais de simplificação para as empresas. No entanto, o progresso com relação à digitalização não é uniforme em todas as jurisdições, com desafios permanentes ocorrendo principalmente devido à transição de métodos tradicionais para operações totalmente digitais.

Embora gerenciar entidades em diversos países seja mais complexo devido à intensidade crescente do compliance regulatório, a adoção estratégica da digitalização e da expertise local com uma presença global pode ajudar as organizações a se adaptarem e prosperarem em meio a estas mudanças.



TMF
GROUP



Pronto para expandir sua

EMPRESA INTERNACIONALMENTE?

Te ajudaremos a lidar com as complexidades da formação de empresas e forneceremos suporte em todas as etapas do ciclo de vida do seu negócio.

Nossos serviços incluem:

- ▶ Constituição e operacionalização de empresas
- ▶ Health checks de compliance
- ▶ Gestão contínua de entidades
- ▶ Compliance regulatório durante o ano todo
- ▶ Grandes projetos e eventos pontuais, de fusões e aquisições a fechamentos
- ▶ Outras oportunidades de expansão de negócios

Saiba mais →

Nós tornamos um mundo **complexo** **simples**

A TMF Group é uma provedora líder de serviços administrativos essenciais, ajudando clientes a investir e operar com segurança em todo o mundo.

Com mais de 11.000 colaboradores distribuídos por 125 escritórios em 87 jurisdições, todos trabalhando com os mesmos altos padrões de serviço e segurança, oferecemos aos nossos clientes a expertise local onde ela é mais necessária.

Somos uma parte importante da governança de nossos clientes, prestando os serviços contábeis, tributários, de folha de pagamento, de administração de fundos e de gestão de entidades que são essenciais para o seu sucesso. Garantimos que as regras sejam respeitadas, que as reputações sejam preservadas e que o compliance operacional seja mantido.

Nosso modelo de serviço e plataforma tecnológica globais colocam nossos clientes no controle de seus portfólios de entidades e localizações globais. Os insights sobre os dados que fornecemos os mantêm informados sobre a regulamentação emergente, o status de sua própria atividade e quaisquer pontos de risco.

Atendemos empresas, instituições financeiras, gestores de ativos, investidores de private equity e em mercados imobiliários, e family offices. Nossos clientes incluem a maioria das empresas Fortune Global 500, FTSE 100 e as 300 principais firmas de private equity.

www.tmf-group.com

TMF
GROUP